
ANÁLISES DE BALANÇOS PÚBLICOS: QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO GOVERNO FEDERAL. 2000 – 2009

Maurício Corrêa da Silva¹

Adilson de Lima Tavares²

Aneide Oliveira Araujo³

José Dionísio Gomes da Silva⁴

▪ Artigo recebido em: 19/07/2011 ▪▪ Artigo aceito em: 13/01/2014 ▪▪▪ Segunda versão aceita em: 26/09/2014

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de evidenciar os Quocientes do Resultado Orçamentário (QRO) do Governo Federal, apurados nos Balanços Orçamentários, no período de 2000 a 2009 e analisar as suas consequências na execução orçamentária. Os dados históricos do Demonstrativo das Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas da União (Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social) dos exercícios de 2000 a 2009, foram extraídos do sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, quantitativa (média aritmética, desvio padrão, coeficiente de variação, coeficiente de correlação e os números-índices) e qualitativa. Os resultados revelaram que dos dez anos analisados (2000 a 2009), o Governo Federal apresentou como quociente do resultado da execução orçamentária o superávit orçamentário total (receitas executadas superiores as despesas executadas) em nove anos (2000 a 2007 e 2009) e um ano de déficit orçamentário total (2008) ao considerar as receitas e

¹ Doutorando em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN). Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN. Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - Departamento de Ciências Contábeis (DCC) - Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP 59072-970, Natal, RN, Brasil. E-mail: prof.mauricioocsilva@gmail.com. Telefone: (84) 3215-3486.

² Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN – Doutor em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - Departamento de Ciências Contábeis (DCC) - Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP 59072-970, Natal, RN, Brasil. E-mail: adilson.tavares@uol.com.br. Telefone: (84) 3215-3486.

³ Professora do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN – Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - Departamento de Ciências Contábeis (DCC) - Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP 59072-970, Natal, RN, Brasil. E-mail: aneide@ufrnet.br. Telefone: (84) 3215-3486.

⁴ Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN – Doutor em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) - Departamento de Ciências Contábeis (DCC) - Campus Universitário, Lagoa Nova, CEP 59072-970, Natal, RN, Brasil. E-mail: dionisio@ufrnet.br. Telefone: (84) 3215-3486.

despesas executadas totais. Separadamente, o déficit orçamentário corrente em quatro anos (2001, 2006, 2007 e 2009) e déficit orçamentário de capital no ano de 2008. Foi observado que o Governo Federal deixou de gastar em média, aproximadamente R\$ 41 bilhões, e isto representa a diferença média entre o que foi arrecadado e gasto no período de 2000 a 2009.

Palavras-chave: Receitas Executadas. Despesas Executadas. Quociente do Resultado Orçamentário (QRO).

ANALYSES OF PUBLIC BALANCES: QUOTIENT OF THE FEDERAL GOVERNMENT'S BUDGET OUTCOME. 2000-2009

ABSTRACT

This research aims to highlight the Quotients of the Budget Outcome (QRO) of the Federal Government, verified in the Budgetary Balances, in the period from 2000 to 2009, and to analyze their consequences on the budgetary execution. The historical data from the Statement of Generated Revenues and Committed, Liquidated and Paid Expenditures of the Union (Fiscal and Social Security Budgets) of the years 2000 to 2009, were extracted from the electronic website of the National Treasury Office (STN). In methodological terms, it is a bibliographical, quantitative (arithmetic mean, standard deviation, coefficient of variation, correlation coefficient and indexes) and qualitative research. The results revealed that of the ten years analyzed (2000 to 2009), the Federal Government presented as quotient of the outcome of the budgetary execution the total budget surplus (executed revenues exceeding the executed expenses) in nine years (2000 to 2007 and 2009) and one year of total budget deficit (2008) when taking into account the total executed revenues and expenditures. Separately, the current budget deficit in four years (2001, 2006, 2007 and 2009) and capital budget deficit in the year 2008. It was observed that the Federal Government restrained from spending, on average, approximately R\$ 41 billion, and that represents the average difference between what has been collected and spent in the period from 2000 to 2009.

Keywords: Executed Revenues. Executed Expenditures. Quotient of the Budget Outcome (QRO).

1 INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis, também conhecida como análise das demonstrações financeiras, desenvolveu-se com o surgimento dos Bancos Governamentais bastante interessados na situação econômico-financeira das empresas tomadoras de financiamentos (MARION, 2002).

A análise de balanços tornou-se praticamente obrigatória em 1915 nos Estados Unidos, quando o *Federal Reserve Board* (o Banco Central dos Estados Unidos) determinou que só poderiam ser redescontados os títulos negociados por empresas que tivessem apresentado seu balanço ao banco, medida que

consagrou definitivamente o uso de demonstrações financeiras com base para a concessão de crédito (MATARAZZO, 2003).

Para que o analista de balanços possa realizar adequadamente suas tarefas, é necessário que ele tenha conhecimento dos princípios e das convenções contábeis, saiba escriturar com desembaraço os fatos administrativos responsáveis pela gestão do patrimônio da entidade, conheça os mecanismos de apuração do resultado do exercício, saiba elaborar as demonstrações contábeis e conheça profundamente a estrutura de cada uma delas (RIBEIRO, 1999).

As técnicas mais citadas na literatura incluem análises por indicadores (índices ou quocientes) financeiros e econômicos, análise horizontal e vertical, análise da taxa de retorno sobre investimentos, dentre outras.

No setor governamental, o Art. 85 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, determina que os serviços de contabilidade devem levantar os balanços gerais, analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros. Neste sentido, Kohama (1999) e Lima e Castro (2000) evidenciaram vários quocientes que podem ser utilizados nas análises das demonstrações contábeis públicas.

Nas análises que podem ser feitas sobre o Balanço Orçamentário destaca-se o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO), que é obtido pela razão entre a Receita Executada e a Despesa Executada; no entanto, para demonstrar uma situação real, devem ser excluídos os restos a pagar inscritos no exercício, em face do disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64 (receitas arrecadadas e despesas empenhadas).

Diante do acima exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Quais são os Quocientes do Resultado Orçamentário (QRO) do Governo Federal e as suas consequências na execução orçamentária, no período de 2000 a 2009?** Desse modo, esta pesquisa tem o objetivo de evidenciar os Quocientes do Resultado Orçamentário (QRO) do Governo Federal, apurados nos Balanços Orçamentários, no período de 2000 a 2009 e analisar as suas consequências na execução orçamentária.

A pesquisa justifica-se pela importância em evidenciar e analisar resultados da execução orçamentária, haja vista a existência de diversos entraves à compreensão dos elementos integrantes dos demonstrativos públicos, principalmente nos aspectos relativos a linguagem utilizada e a forma gráfica (cores e letras). As assertivas são respaldadas na pesquisa de Penido *et al.* (2001). A referida pesquisa aponta também a existência de problemas na comunicação entre a administração municipal e o cidadão gerando confusão ou desinformação.

A pesquisa de Miranda *et al.* (2008), ao levantarem a opinião de cidadãos e pessoas com conhecimento sobre contabilidade pública, corroboraram com as afirmações de Penido *et al.* (2001): falta de compreensibilidade das informações produzidas pela contabilidade pública, por parte dos cidadãos comuns quanto de pessoas que trabalham com contabilidade

O acompanhamento da execução orçamentária permite identificar possíveis desvios e erros na execução. Assim, analisar os resultados e traduzi-los para uma linguagem acessível são formas de controle e o controle social, que deve e pode ser exercido pelos cidadãos poderá ser beneficiado. Os cidadãos terão respaldos técnicos para tomarem suas decisões (por exemplo: em quem votar).

Além de levantar os Quocientes do Resultado Orçamentário (QRO) para realizar as análises tradicionais das suas variações, são realizadas outras análises de forma complementar com a utilização de Métodos Quantitativos. Os Métodos Quantitativos (Matemática, Estatística e Informática) utilizados na Contabilidade são conhecidos como Contabilometria (IUDÍCIBUS, 1982; MARION; SILVA, 1986; CORRAR; THEÓPHILO *et al.*, 2004).

Os Métodos Quantitativos têm sido muito usados em contabilidade nos últimos tempos. Eles permitem inferir análises mais apuradas, o que facilita a formatação das ideias (assertivas sobre determinados fatos).

A pesquisa está dividida em cinco partes. Após esta introdução, a parte dois trata do referencial teórico, a parte três a metodologia utilizada. A parte seguinte traz os resultados da pesquisa e análises. Finalizando a parte cinco, as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Análises das Demonstrações Contábeis Públicas

O administrador público tem a obrigação de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados. Desse modo, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964) exige a elaboração de demonstrações contábeis como forma de prestação de contas.

As demonstrações contábeis públicas exigidas pela referida lei são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

O Balanço Orçamentário tem a finalidade de demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (BRASIL, 1964). Slomski (2001) esclarece que o anexo 12 da Lei 4.320/64 discrimina as despesas por tipo de crédito orçamentário e o anexo da Portaria nº. 471/2000, da Secretaria do Tesouro Nacional (regulamentação da Lei Complementar nº 101/2000), discrimina as despesas por categorias econômicas (correntes e de capital).

O Balanço Orçamentário normalmente é elaborado com quatro colunas para a receita (títulos, previsão, execução e diferença) e para a despesa (títulos, fixação, execução e diferença (BEZERRA FILHO, 2004; KOHAMA, 2006). A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), através da Portaria nº 665, de 30 de novembro de 2010, alterou as colunas da receita (previsão inicial, previsão atualizada, receitas realizadas e saldo) e da despesa (dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas pagas e saldo da dotação).

O Balanço Orçamentário será complementado por nota explicativa detalhando as despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário). Será informado, ainda, o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, bem como os valores referente a abertura de créditos adicionais e cancelamentos de crédito de forma a evidenciar a diferença entre a dotação inicial e a atualizada (BRASIL, 2010).

Adicionalmente ao Balanço Orçamentário, devem ser incluídos dois quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço, de modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar (BRASIL, 2010).

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo principal preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão orçamentária. A avaliação de gestão do Balanço Orçamentário consiste em verificar a eficiência com que as ações foram realizadas, orientando a execução e fixando bases consistentes para as futuras programações orçamentárias:

- Receita Prevista > Receita Arrecadada = insuficiência de arrecadação;
- Receita Prevista < Receita Arrecadada = excesso de arrecadação;
- Despesa Fixada > Despesa Realizada = economia na realização das despesas;
- Despesa Fixada < Despesa Realizada = não aceito pela legislação;
- Receita Arrecadada > Despesa Realizada = superávit;
- Receita Arrecadada < Despesa Realizada = déficit;
- Receita Arrecadada = Despesa Realizada = equilíbrio orçamentário na execução;
- Receita Prevista = Despesa Fixada = equilíbrio de previsão.

As análises de gestão orçamentária, também, podem ser feitas por quocientes. O Quadro 1, a seguir, demonstra as legendas dos quocientes de análises do Balanço Orçamentário e a Tabela 1, exemplifica as análises:

Quadro 1 – Legendas dos quocientes de análises do Balanço Orçamentário

Quociente da Execução da Receita	QER
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	QEO
Quociente da Execução da Despesa	QED
Quociente do Resultado Orçamentário	QRO
Receitas Executadas	RE
Receitas Previstas	RP
Despesas Fixadas	DF
Despesas Executadas	DE

Fonte: adaptado de Kohama (1999).

Consoante Kohama (1999), o cálculo dos quocientes do Balanço Orçamentário pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Cálculo dos quocientes do Balanço Orçamentário

QER	=	$\frac{RE}{RP}$	=	$\frac{1.300}{1.000}$	= 1,30	Excesso de arrecadação
QEO	=	$\frac{DF}{RP}$	=	$\frac{1.000}{1.000}$	= 1,00	Equilíbrio orçamentário
QED	=	$\frac{DE}{DF}$	=	$\frac{850}{1.000}$	= 0,85	Economia Orçamentária
QRO	=	$\frac{RE}{DE}$	=	$\frac{1.300}{850}$	= 1,53	Superávit orçamentário

Fonte: adaptado de Kohama (1999).

O Balanço Orçamentário serve para verificar se os valores autorizados estão de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com os Créditos Adicionais autorizados (avaliação da gestão orçamentária). O acompanhamento do Balanço Orçamentário é utilizado para o contingenciamento ou não da execução da despesa. Caso haja diminuição na arrecadação, em consequência haverá menos liberação de créditos (autorizações para realizar as despesas).

As análises das tendências de capitalização (aplicação de recursos correntes em bens de capital) e descapitalização (usos de recursos de capital para financiar gastos correntes) podem ser feitas por ocasião da aprovação e da execução do orçamento. De acordo com Mota (2002), a capitalização na aprovação do orçamento pode ser observada na Tabela 2:

Tabela 2 – Exemplo de capitalização de recursos na aprovação do orçamento.

Previsão de Receitas		Fixação de Despesas	
Receitas Correntes	700	Despesas Correntes	500
Receitas de Capital	600	Despesas de Capital	800
Total	1.300	Total	1.300

Fonte: adaptado de Mota (2002).

No caso acima, observa-se que os recursos correntes (receitas) serão utilizados para cobrir despesas de capital, verificando assim um processo de capitalização.

As despesas correntes visam atender gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, etc. As despesas correntes representam a aplicação dos recursos públicos para a manutenção da administração pública, ou seja, custeiam os serviços públicos criados para o funcionamento da “máquina” pública, incluindo as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

As despesas de capital visam atender aos investimentos em: obras públicas, aquisições de imóveis, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; as inversões financeiras para aquisição de bens de capital e títulos representativos do capital de empresas e amortização da dívida pública (pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização

monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária).

O Balanço Orçamentário representa um dos principais demonstrativos públicos para demonstrar o recebimento dos recursos (receitas públicas) e a aplicação dos mesmos (despesas públicas).

A seguir um resumo das principais análises das outras demonstrações contábeis públicas.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entrada) e dispêndios (saídas) de recursos financeiros. Os resultados apresentados no Balanço Financeiro analisados por quocientes estão no Quadro 2. A análise do Balanço Financeiro tem como objetivo preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira.

Quadro 2 – Quocientes de análises do Balanço Financeiro

Quociente	Fórmula	Resultados
Quociente do Resultado da Execução Financeira	$\frac{\text{Receita}}{\text{Despesa}}$	= 1 (Equilíbrio)
		> 1 (Recebimentos são maiores que os pagamentos)
		< 1 (Recebimentos são menores que os pagamentos)
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	$\frac{\text{Saldo que passa}}{\text{Saldo do exercício anterior}}$	= 1 (Equilíbrio)
		>1 (Superávit financeiro – os recebimentos são maiores que os pagamentos)
		< 1 (Déficit financeiro – os recebimentos são menores que os pagamentos).

Fonte: adaptado de Kohama (1999).

Segundo Petri (1987), o balanço financeiro constitui uma demonstração do fluxo de caixa com a particularidade de nele serem incluídas as despesas compromissadas (empenhadas) e ainda não pagas (restos a pagar).

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, ocorridas durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício (BRASIL, 1964).

De acordo com Mota (2002), a DVP atualmente incorpora novos elementos não previstos na Lei nº. 4.320/64, surgidos pela unificação de recursos do Caixa do Tesouro Nacional e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por empregar metodologia adaptada em decorrência da evolução na área pública: interferências ativas, receitas extra-orçamentárias, interferências passivas e despesas extra-orçamentárias.

A análise da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) tem como objetivo principal preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão do resultado. O resultado patrimonial apurado no exercício (déficit ou superávit patrimonial) por essa demonstração será transferido para o Balanço Patrimonial.

O Balanço Patrimonial demonstrará o ativo e passivo financeiro, o ativo e passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação (BRASIL, 1964). O Balanço Patrimonial demonstrará a situação estática dos bens, direitos e obrigações indicando o valor do Patrimônio Líquido num determinado período.

O resultado do Balanço Patrimonial pode ser analisado por meio dos seguintes quocientes (Quadro 3).

Quadro 3 - Quocientes de análises do Balanço Patrimonial

Quociente	Fórmula	Resultados
Quociente da Situação Financeira	$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$	= 1 (Equilíbrio)
		>1 (Excesso de recursos financeiros – superávit financeiro – usado para abertura de créditos adicionais).
		< 1 (Ativo financeiro insuficiente para cobrir as obrigações – déficit financeiro)
Quociente da Situação Permanente	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$	= 1 (Equilíbrio)
		> 1 (Bens, créditos e valores permanentes são superiores às dívidas fundadas – superávit na parte permanente)
		< 1 (Bens, créditos e valores permanentes são inferiores às dívidas fundadas – déficit na parte permanente)
Quociente do Resultado Patrimonial	$\frac{\text{Ativo Real}}{\text{Passivo Real}}$	= 1 (Equilíbrio)
		> 1 (Bens, créditos e valores são maiores que todas as dívidas fluante e fundada – Superávit Patrimonial)
		<1 (Bens, créditos e valores são inferiores que todas as dívidas fluante e fundada – Déficit Patrimonial)

Fonte: adaptado de Kohama (1999).

A avaliação da gestão do Balanço Patrimonial permite demonstrar a situação de liquidez, a estrutura de capitalização, a rentabilidade e outros indicadores econômico-financeiros utilizados para a tomada de decisões (LIMA; CASTRO, 2000).

Consoante aos demonstrativos acrescidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para evidenciar os resultados da administração pública, Andrade (2007) divulgou os seguintes índices:

- Índice de comprometimento da receita corrente líquida com a despesa de pessoal (gastos com pessoal – DP em relação à receita corrente líquida - RCL igual a despesa com pessoal dividido pela receita corrente líquida):

$$DP.RCL = \frac{\text{Despesa com Pessoal}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

A LRF (Art. 19) estipulou os limites de:

→ 50% (cinquenta por cento) – União;

- 60% (sessenta por cento) - Estados;
- 60% (sessenta por cento) - Municípios.

- Índice de endividamento dos municípios (índice de empréstimos tomados em relação à receita corrente líquida - IETR com a finalidade de verificar o impacto do ingresso de operações de crédito sobre o montante da RCL, visando atender ao dispositivo da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 – Art. 7º que permite demonstrar se os empréstimos podem atingir o limite máximo e nesse caso haverá necessidade de freio para os novos empréstimos):

$$\text{IETR} = \frac{\text{Operações de Créditos}}{\text{RCL}}$$

- Índice de amortização de dívidas em relação à receita corrente líquida – IAD – utilizado para apontar qual é o impacto da amortização da dívida consolidada e seus encargos sobre o montante da RCL, visando atender ao dispositivo da Resolução do Senado Federal nº 43/2001 – Art. 7º e Art. 30 da LRF - comprometimento anual em até 11,5% da RCL.

$$\text{IAD} = \frac{\text{Amortização e encargos}}{\text{RCL}}$$

- Índice de Restos a Pagar - O Art. 42 da LRF exige que não se podem inscrever em Restos a Pagar as despesas que não estejam cobertas por disponibilidade de caixa (diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro).

$$\text{IRPDC} = \frac{\text{Restos a Pagar}}{\text{Disponibilidade de Caixa}}$$

A utilização de métodos quantitativos para avaliar os resultados da gestão pública pode ser vista nas pesquisas de Santos *et al.* (2005) e Soares *et al.* (2011), sendo que os resumos das mesmas estão na seção seguinte, bem como outras pesquisas realizadas em conexão com esta.

2.2 Estudos Anteriores

As pesquisas a seguir apresentadas em sequência estão ligadas à forma de abordagem do tema aqui pretendido.

Cruz e Platt Neto (2003) avaliaram e compararam a estrutura do balanço patrimonial do setor público (previsto na Lei 4.320/64) com a do setor privado e indicaram alguns indicadores de análises da referida demonstração, a partir de um caso prático no município de Florianópolis. Os resultados da pesquisa evidenciaram que existem diferenças entre os grupos e em algumas nomenclaturas, mas a estrutura guarda conformidade com as apresentadas pelas entidades privadas.

Os principais indicadores da referida pesquisa foram: dívida ativa no ativo real (%); imobilização do ativo real ajustado (%); liquidez (ativo financeiro / passivo financeiro); endividamento no ativo real ajustado. Os indicadores analisados no município de Florianópolis não apresentaram situações desfavoráveis.

Santos *et al.* (2005) desenvolveram e aplicaram um modelo quantitativo para determinar previsões sobre as condições mínimas de situação financeira-contábil para a existência de um município. Os principais indicadores do modelo foram: Receita própria média per capita (GP); Indicador de participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Indicador de participação da quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Indicador de participação do FPM e ICMS em conjunto.

Os resultados da aplicação do modelo de Santos *et al.* (2005) evidenciaram que 67% dos municípios do Estado de Pernambuco, analisados no período de 1989 a 1993, apresentaram índice de sobrevivência, mas com uma forte dependência dos governos estadual e federal. No ano de 1997, ocorreu um agravamento do quadro de dependência, sendo que apenas 1% dos municípios possuíam um índice menor do que 0,50. No período de 1998 até 2001, 15 municípios melhoraram o seu índice de sobrevivência.

Coelho e Quintana (2008) analisaram o desempenho econômico e financeiro da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS), no período de 2002 a 2005. Concluíram que houve superávit de execução orçamentária (receita executada maior que a despesas executada) em todos os anos; a situação orçamentária foi considerada normal; na movimentação financeira houve ingressos de recursos inferiores as saídas (déficit financeiro no ano de 2004) e a situação patrimonial foi positiva (superávit patrimonial).

Nogueira e Rodrigues Júnior (2008) analisaram as demonstrações contábeis do Governo do Estado do Ceará, no período de 2003 a 2007 e concluíram que é possível identificar as tendências na gestão do Estado.

Trevisan *et al.* (2009) estruturaram um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira dos municípios, principalmente dos pequenos, baseado na análise das contas de uma Prefeitura Municipal do Estado do Rio Grande do Sul. Os principais indicadores foram: análise da receita orçamentária (desvio da previsão, análise vertical, evolução da receita); análise da despesa orçamentária (desvio da previsão, análise vertical, evolução da despesa); análise conjunta da execução orçamentária (quociente do resultado orçamentário, quociente da execução orçamentária, financiamento das despesas de custeio, serviço da dívida nas receitas correntes); análise da situação financeira e patrimonial e indicadores patrimoniais e financeiros.

Os resultados da pesquisa de Trevisan *et al.* (2009) revelaram que o modelo desenvolvido pode ser usado como uma ferramenta gerencial de fácil compreensão, capaz de atender às necessidades informacionais dos gestores das prefeituras, principalmente as dos pequenos municípios. Enfatizaram ainda, que diferentemente da contabilidade privada, onde é possível identificar o retorno aos acionistas por meio de indicadores de rentabilidade, os demonstrativos do setor público ainda não conseguem retratar os serviços e

obras realizadas por sua administração, como um retorno dos tributos pagos pela população, e muito menos se essas obras atendem às necessidades da comunidade. Desta forma, destaca-se a importância de complementar a análise dos indicadores contábeis por meio da utilização de indicadores sociais, como mortalidade infantil, gravidez na adolescência, longevidade etc.

Andrade *et al.* (2011) descreveram o comportamento financeiro de um pequeno município com Produto Interno Bruto (PIB) modesto, mas com índices de responsabilidade fiscal, social e de gestão positivos, utilizando índices e análises horizontal e vertical. Os resultados indicaram que a responsabilidade fiscal e social teve valores superiores ao longo dos anos estudados e que a estrutura financeira do município e os quocientes de balanço patrimonial têm sofrido alterações positivas.

Soares *et al.* (2011) utilizaram índices de análise econômico-financeira com a aplicação da análise de componentes principais para estabelecer um *ranking* na gestão dos municípios catarinenses. Os principais índices utilizados foram: liquidez corrente (ativo financeiro / passivo financeiro), liquidez imediata (disponibilidades mais recursos vinculados / passivo financeiro), estrutura de capital (passivo financeiro mais passivo permanente / ativo total).

Os referidos autores afirmaram que as dificuldades e o desinteresse da análise de balanços na área pública são frutos de um modelo contábil legalista aplicado há anos no setor, e também pelo lapso de tempo em que a contabilidade pública brasileira ficou estagnada. Diferente do que ocorre na área privada, na pública não se podem definir estruturalmente quais índices são mais utilizados, devido à falta de difusão do conhecimento, padrões ou utilização dos mesmos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

Foi utilizada neste estudo, a pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos (referencial teórico divulgado em livros, artigos, revistas, dissertações, etc.) e as pesquisas quantitativa (utilização de métodos quantitativos) e descritiva (análises descritivas das variáveis), quanto à abordagem do problema. Tais tipologias são recomendadas por Beuren *et al.* (2003).

Nas análises quantitativas foram utilizados os números-índices (crescimento nominal), o desvio padrão (DP), a média aritmética (média), o coeficiente de variação (CV), o coeficiente de correlação (CORREL) e o teste de hipótese "t" de *Student*.

Os métodos quantitativos utilizados estão em consonância com os ensinamentos de Spiegel (1977), Stevenson (1981), Levine, Berenson e Stephan (2000), Martins (2002) e Oliveira (2010).

3.2 Coleta de dados

Os dados históricos do Demonstrativo das Receitas Realizadas e Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas da União (Orçamentos Fiscal e da Seguridade

Social) dos exercícios de 2000 a 2009, foram extraídos do sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) - www.stn.fazenda.gov.br.

As análises foram realizadas com a utilização de planilhas e funções existentes no Microsoft Office Excel 2007®.

Os valores históricos foram atualizados para a moeda de poder aquisitivo do exercício de 2009, a fim de tornar possíveis as comparabilidades requeridas no estudo.

As atualizações foram realizadas conforme o Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando os seguintes percentuais (Tabela 3):

Tabela 3 – Variação Anual do IPCA de 2001 a 2009.

Exercício	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
IPCA	7,67%	12,53%	9,30%	7,60%	5,69%	3,14%	4,45%	5,90%	4,31%

Fonte: Portal Brasil (<http://www.portalbrasil.net/indices.htm>) – adaptado.

4 RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISES

A Tabela 4 apresenta as receitas executadas (realizadas) e despesas empenhadas, liquidadas e pagas (executadas) do Governo Federal, no período de 2000 a 2009. Os resultados representam os recursos recebidos (receitas públicas), os gastos (despesas públicas) e as suas análises comparativas (superávit/déficit).

Tabela 4 – Receitas Executadas, Despesas Executadas, Quociente do Resultado Orçamentário, Superávit/Déficit do Balanço Orçamentário do Governo Federal, no período 2000 a 2009, na moeda de 2009

Ano	Receitas Executadas	Despesas Executadas	Quociente do Resultado Orçamentário	Superávit /Déficit
2000	1.166.764.767.828	1.104.681.677.876	1,0562	62.083.089.951
2001	1.012.196.970.505	1.004.436.591.049	1,0077	7.760.379.457
2002	1.067.860.326.216	998.346.527.157	1,0696	69.513.799.059
2003	1.243.074.410.244	1.186.134.909.105	1,0480	56.939.501.140
2004	1.171.618.484.211	1.142.252.826.744	1,0257	29.365.657.467
2005	1.381.824.279.110	1.317.112.860.837	1,0491	64.711.418.273
2006	1.363.570.957.785	1.355.331.800.355	1,0061	8.239.157.429
2007	1.373.673.057.334	1.340.249.240.548	1,0249	33.423.816.786
2008	1.268.177.812.946	1.300.632.593.732	0,9750	(32.454.780.786)
2009	1.526.631.022.641	1.416.371.413.382	1,0778	110.259.609.259

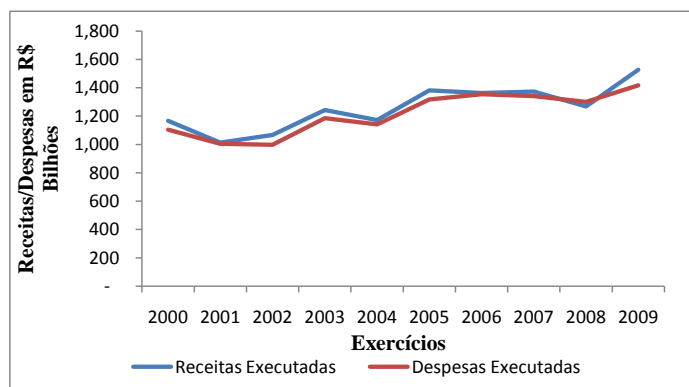
Fonte: elaborada pelos autores.

Observa-se na Tabela 4, que no período de 2000 a 2007 e no ano de 2009 o Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) foi superior 1, significando que houve superávit orçamentário (receitas executadas maiores que as despesas executadas). No ano de 2008, houve um déficit orçamentário, ou seja, o Governo Federal realizou (executou) mais despesas do que arrecadou (receitas executadas), o que pode ser constatado ao verificar o déficit maior que R\$ 32

bilhões na coluna Superávit/Déficit. Tal fato pode ocorrer em função de saldos financeiros de anos anteriores.

O Gráfico 1 apresenta a evolução das receitas e despesas executadas.

Gráfico 1: Receitas e Despesas Executadas (2000-2009)



Fonte: elaborado pelos autores.

No Gráfico 1 é possível ratificar o déficit ocorrido no ano de 2008. Dado que durante todos os demais exercícios houve superávit nas contas públicas da União. É interessante que haja uma investigação a fim de identificar as efetivas razões para tal déficit.

Ademais, destaca-se que no ano de 2008, mais especificamente a partir do mês de setembro, o Brasil começou a sofrer os impactos da crise de crédito que se abateu sobre a economia estadunidense e espalhou-se por diversos países no mundo. Dentre as medidas tomadas pelo governo brasileiro está a desoneração tributária de alguns produtos cujos mercados haviam sofrido grande desaquecimento. Tal desoneração, provavelmente, conduz a uma redução da arrecadação de receitas previstas, ao passo que as demandas sociais, que levam ao incremento de despesas, muitas das vezes não podem ser preteridas pelo governo. Portanto, a situação requer um estudo centrado nesta variação negativa das contas governamentais.

A Tabela 5 apresenta as medidas estatísticas correspondentes ao crescimento real (variação percentual), o desvio padrão (DP), a média, o coeficiente de variação (CV) e coeficiente de correlação (CORREL) analisados sobre as receitas e despesas executadas do Governo Federal.

Tabela 5 – Análises Estatísticas – Receitas e Despesas Executadas. 2000 a 2009

	Receitas Executadas	Despesas Executadas
Crescimento real	30,84%	28,22%
DP	158.009.373.238	150.273.004.075
Média	1.257.539.208.882	1.216.555.044.078
CV	12,56%	12,35%
CORREL		0,9670

Fonte: elaborada pelos autores.

Observa-se na Tabela 5 que o crescimento real das receitas executadas (30,84%) foi superior ao das despesas executadas (28,22%) do início ao final do decênio sob análise (2000 e 2009). O cálculo do crescimento foi realizado

utilizando-se de números-índices, sendo considerado o ano-base de 2000. Os números-índices são um importante instrumento para sintetizar modificações em variáveis econômicas durante um período de tempo. Estes números indicam a variação relativa no preço, na quantidade, ou no valor entre um ponto anterior no tempo (período-base), e, usualmente, o período corrente (STEVENSON, 1981).

Comparando as receitas e despesas de cada ano com aquelas do ano imediatamente anterior, é possível verificar que houve fortes variações positivas nos anos de 2003, 2005 e 2009 – o que também pode ser constatado a partir do Gráfico 1. Destaca-se, entretanto, que as variações de receitas (20,38%) em 2009 foram mais que o dobro das variações nas despesas (8,90%), o que justifica o maior QRO da Tabela 4. Há que se analisar, portanto, quais as razões que levaram ao superávit de mais de R\$ 110 bilhões, uma vez que o saldo de recursos algumas vezes pode significar falta de investimentos, que conduzem a problemas de infraestrutura tais como, estradas e saneamento básico, etc.

As variações (dispersões) em torno da média aritmética foram levemente maiores nas receitas do que nas despesas executadas. Os valores médios arrecadados no período foram superiores aos gastos, o que pode ser observado pela média e a ratificação da volatilidade maior do coeficiente de variação (CV) das receitas executadas (12,56%) em relação às despesas (12,35%). Os coeficientes de variação ficaram com valores inferiores a 15%, isto significa uma baixa dispersão dos valores em torno da média, conforme Oliveira (2010). O referido autor esclarece que o coeficiente de variação mede o grau de concentração dos valores de uma série em torno de sua média.

Na análise do coeficiente de correlação (CORREL) da Tabela 5, o valor apresentado ficou muito próximo de 1 (0,9670), o que significa uma força de relação positiva muito forte – isto é, pode-se entender que um aumento de receita está fortemente associado a um gasto maior do Governo. Levine, Berenson e Stephan (2000) esclareceram que os valores do coeficiente de correlação abrangem desde -1 para correlação negativa perfeita até +1 para correlação positiva perfeita.

No teste de hipótese para rejeitar ou não a correlação, o “t” calculado foi de 10,736 e o “t” tabela foi de 2,3060 para uma distribuição com $n - 2$ graus de liberdade ($10 - 2 = 8$), nível de significância de 0,05 (STEVENSON, 2001, p. 462). Desse modo, conclui-se com um risco de 5%, que há correlação entre as despesas executadas e as receitas executadas e ainda, com R quadrado de 0,94, verifica-se que a variação das despesas executadas é explicada em 94% pela variação das receitas executadas e o restante (6%) por outros fatores.

A correlação é utilizada quando estão em jogo somente duas variáveis e caso todos os valores das variáveis satisfazem exatamente uma equação, diz-se que elas estão perfeitamente correlacionadas ou que há correlação perfeita entre elas (SPIEGEL, 1977).

Considerando os resultados apresentados nas Tabelas 4 e 5, em que são apresentados os resultados totais das receitas e despesas executadas (correntes e de capital somadas) e suas análises, torna-se necessário fazer as análises individuais para verificar se o quociente do resultado orçamentário foi corrente e/ou de capital.

A Tabela 6 apresenta as receitas executadas correntes (realizadas) e despesas empenhadas, liquidadas e pagas correntes (executadas) do Governo Federal, no período de 2000 a 2009.

Tabela 6 - Receitas Executadas Correntes, Despesas Executadas Correntes, Quociente do Resultado Orçamentário Corrente, Superávit/Déficit do Balanço Orçamentário do Governo Federal, no período 2000 a 2009, na moeda de 2009

R\$ 1,00

Ano	Receitas Executadas Correntes	Despesas Executadas Correntes	Quociente do Resultado Orçamentário Corrente	Superávit /Déficit
2000	452.564.044.830,85	448.052.286.061,76	1,0101	4.511.758.769,08
2001	481.733.709.585,29	488.917.917.590,90	0,9853	-7.184.208.005,62
2002	507.472.911.765,57	501.552.812.111,46	1,0118	5.920.099.654,11
2003	520.283.598.282,62	519.569.280.692,90	1,0014	714.317.589,72
2004	566.725.697.399,31	553.042.496.312,32	1,0247	13.683.201.086,99
2005	627.531.441.756,36	617.068.411.160,31	1,0170	10.463.030.596,05
2006	673.896.760.865,13	727.638.239.910,54	0,9261	-53.741.479.045,41
2007	727.831.992.976,93	748.369.136.189,79	0,9726	-20.537.143.212,87
2008	787.264.617.376,37	752.742.159.021,36	1,0459	34.522.458.355,01
2009	775.406.758.514,85	818.456.883.327,94	0,9474	-43.050.124.813,09

Fonte: elaborada pelos autores.

Observa-se na Tabela 6 que houve déficit orçamentário corrente nos anos de 2001, 2006, 2007 e 2009, isto é, foram executadas despesas correntes em valores superiores ao das receitas correntes.

A Tabela 7 apresenta as receitas executadas de capital (realizadas) e despesas empenhadas, liquidadas e pagas de capital (executadas) do Governo Federal, no período de 2000 a 2009.

Tabela 7 - Receitas Executadas de Capital, Despesas Executadas de Capital, Quociente do Resultado Orçamentário de Capital, Superávit/Déficit do Balanço Orçamentário do Governo Federal, no período 2000 a 2009, na moeda de 2009

R\$ 1,00

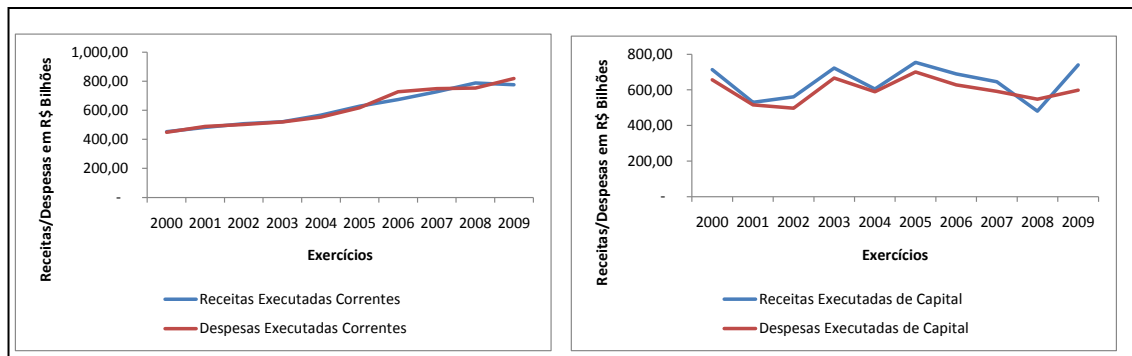
Ano	Receitas Executadas de Capital	Despesas Executadas de Capital	Quociente do Resultado Orçamentário de Capital	Superávit /Déficit
2000	714.200.722.996,80	656.629.391.814,43	1,0877	57.571.331.182,37
2001	530.463.260.920,20	515.518.673.457,67	1,0290	14.944.587.462,52
2002	560.387.414.450,19	496.793.715.045,06	1,1280	63.593.699.405,13
2003	722.790.811.961,83	666.565.628.412,05	1,0844	56.225.183.549,78
2004	604.892.786.812,01	589.210.330.431,97	1,0266	15.682.456.380,04
2005	754.292.837.353,42	700.044.449.676,32	1,0775	54.248.387.677,10
2006	689.674.196.919,52	627.693.560.444,90	1,0987	61.980.636.474,61
2007	645.841.064.357,29	591.880.104.358,23	1,0912	53.960.959.999,07
2008	480.913.195.569,27	547.890.434.710,15	0,8778	-66.977.239.140,87
2009	740.098.453.433,58	597.914.530.054,32	1,2378	142.183.923.379,26

Fonte: elaborada pelos autores.

A Tabela 7, por sua vez, evidencia que somente no ano de 2008, houve déficit orçamentário de capital, ou seja, foram executadas despesas de capital em valores superiores ao das receitas de capital.

O Gráfico 2 evidencia a evolução das receitas e despesas executadas correntes e de capital.

Gráfico 2: Evolução das Receitas e Despesas Executadas (Correntes e de Capital)



Fonte: elaborado pelos autores.

Realizando uma comparação dos valores apresentados nas Tabelas 6 e 7, que mostram as receitas e despesas executadas correntes e de capital, com os da Tabela 4, verifica-se que na análise em conjunto os valores do Quociente do Resultado Orçamentário (QRO) foram compensados e não revelam detalhes que tragam ao leitor a real dimensão da situação. O Gráfico 2 demonstra um crescimento de R\$ 452 bilhões (2000) para R\$ 775 bilhões (2009) nas receitas e despesas executadas correntes e uma variação iniciada em 2000 de R\$ 714 bilhões a R\$ 740 bilhões em 2009 nas receitas e despesas executadas de capital.

Percebe-se que os superávits encontrados na Tabela 1 resultaram, principalmente, da subutilização dos recursos em investimentos (despesas de capital). Os Gráficos 1 e 2 permitem uma visão ainda melhor da evolução das receitas e despesas executadas no decênio. Constata-se que as receitas e despesas de capital estiveram bem mais dissociadas do que as receitas e despesas correntes, ao ponto de haver, em 2009, um superávit de receitas de capital correspondente a mais de 23% (R\$ 142 bilhões) sobre as despesas. Este fato pode suscitar muitas questões, dentre as quais: por que não houve aplicação maior das receitas de capital? Qual foi o impacto sobre o crescimento da economia decorrente da não aplicação da totalidade das receitas de capital? Realmente, houve economia de recursos, ou a falta de investimentos está apenas postergando e agravando os problemas de infraestrutura existentes no Brasil?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, em atenção ao objetivo formulado, evidenciou os Quocientes do Resultado Orçamentário (QRO) do Governo Federal, apurados com base nos Balanços Orçamentários, no período de 2000 a 2009 e analisou as suas consequências na execução orçamentária.

Além do Balanço Orçamentário, são elaboradas no setor público o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais para evidenciar os resultados da gestão pública. Com a edição da LRF foram acrescentados outros demonstrativos e relatórios (Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Demonstrativo das Despesas da União Por Poder e Órgão, Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão e o Relatório de Gestão Fiscal).

As pesquisas que envolvem análises de gastos públicos servem para facilitar o entendimento de seus resultados por parte dos cidadãos (controle social). Neste sentido, recomenda-se futuras pesquisas, abordando os seguintes aspectos:

- apuração e análises dos demais quocientes da execução orçamentária do Governo Federal;
- evidenciação de resultados da execução orçamentária de Estados e Municípios;
- tipos de impostos mais arrecadados pelo Governo Federal;
- comportamento das despesas correntes e das despesas de capital, etc.

Foram demonstrados na Tabela 4 os valores reais (atualizados) dos recursos auferidos e gastos, e ainda, o resultado do superávit ou déficit orçamentário.

Foi observado que o Governo Federal deixou de gastar em média, aproximadamente R\$ 41 bilhões, e isto representa a diferença média entre o que foi arrecadado e gasto no período de 2000 a 2009. Desse modo, observa-se que o Governo poderia ter gasto mais em prol da sociedade.

Finalizando, conclui-se que dos dez anos analisados (2000 a 2009), o Governo Federal apresentou como quociente do resultado da execução orçamentária o superávit orçamentário total (receitas executadas superiores as despesas executadas) em nove anos (2000 a 2007 e 2009) e um ano de déficit orçamentário total (2008) ao considerar as receitas e despesas executadas totais. Separadamente, o déficit orçamentário corrente em quatro anos (2001, 2006, 2007 e 2009) e déficit orçamentário de capital no ano de 2008.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. *et al.* Compatibilizando a responsabilidade fiscal com o social na gestão de pequenos municípios: um estudo de caso em uma prefeitura do Rio de Janeiro. **REG**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 2, p. 177-194, abr./jun. 2011.

ANDRADE, N. A. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade pública**: teoria, técnica de elaboração de balanços e 300 questões. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, nº 191-A, de 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de maio de 2000.

BRASIL. Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de março de 1964.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Portaria nº 665, de 30 de novembro de 2010. Atualiza os Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) e nº 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 02 de dezembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Relatórios e Demonstrativos**. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorios_demonstrativos.asp>. Acesso em 27 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Portaria STN nº. 471, de 19 de setembro de 2000. Aprova os modelos anexos de números I a XVIII e respectivas instruções de preenchimento dos demonstrativos descritos nos artigos 52, 53, 55 e 72 da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para utilização pelos municípios da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília.

BRASIL. Senado Federal. Resolução nº 43, de 27 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF, 27 de dezembro de 2001.

COELHO, D. M.; QUINTANA, A. C. Análise do desempenho econômico e financeiro de entidades da administração pública direta: o caso da Prefeitura Municipal do Rio Grande (RS). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.1, maio/ago, 2008.

CORRAR, L. J.; THEÓPHILO, C. R. (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**: contabilometria. São Paulo: Atlas, 2004.

CRUZ, F.; PLATT NETO, O. A. Análises de balanços públicos: considerações e técnicas para o Balanço Patrimonial. **CRCSC& Você** – Florianópolis, v. 2, 11. 4, p. 58-75, dezembro/2002 – março/2003.

IUDICÍBUS, S. Existirá a contabilometria. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, nº 59. 1982.

KOHAMA, H. **Balancos públicos**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEVINE, D. M.; BERENSON, M. L.; STEPHAN, D. **Estatística**: teoria e aplicações, usando Microsoft® excel em português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LIMA, D. V.; CASTRO, R. G. **Contabilidade Pública**: integrando União, Estados e Municípios (SIAFI e SIAFEM). São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARION, J. C.; SILVA, L. B. Contabilometria – novo campo de estudos para a contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, ano XVI, nº 59, p. 35 – 40, outubro/dez. 1986.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, L. C. *et al.* Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário. **BBR - Brazilian Business Review**, Vol. 5, N.3 Vitória-ES, Set – Dez 2008, p. 209-228 - ISSN 1807-734X.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada à administração pública**: incluindo comentários da Lei de Responsabilidade Fiscal e exercícios com gabaritos revistos e atualizados. 6. ed. Brasília: Vestcon, 2002.

NOGUEIRA, A. O.; RODRIGUES JÚNIOR, M. S. Análise e interpretação das demonstrações contábeis no setor público. In: 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2008, GRAMADO. **ANAIS ...** 2008.

OLIVEIRA, J. U. C. **Estatística**: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2010.

PENIDO, A. M. S. *et al.* A compreensão dos cidadãos acerca dos demonstrativos públicos: uma análise em três municípios mineiros. In: XXXV ENCONTRO DA ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2011. v. XXXV. p. 1-13.

PETRI, N. **Análise de resultado no setor público**. 1987. 215 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

PORTAL BRASIL. **Índices financeiros e econômicos brasileiros**. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/indices.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2011

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços**: fácil. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, J. *et al.* Uma análise para definição de condições mínimas de gestão financeira-contábil para municípios no estado de Pernambuco. **RAP**, Rio de Janeiro 39(2):233-54, Mar./Abr. 2005.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**: um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2001.

SOARES, M. *et al.* O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o *ranking* de gestão dos municípios catarinenses. **RAP** - Rio de Janeiro, 45(5):1425-443, Set./out. 2011.

SPIEGEL, M. R. **Estatística**: resumo da teoria. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

STEVENSON, W. J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

TREVISAN, R. *et al.* Criação de um modelo de indicadores contábeis para avaliar a gestão financeira em Prefeituras Municipais. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 43, p. 24 - 34, jan./mar. 2009.